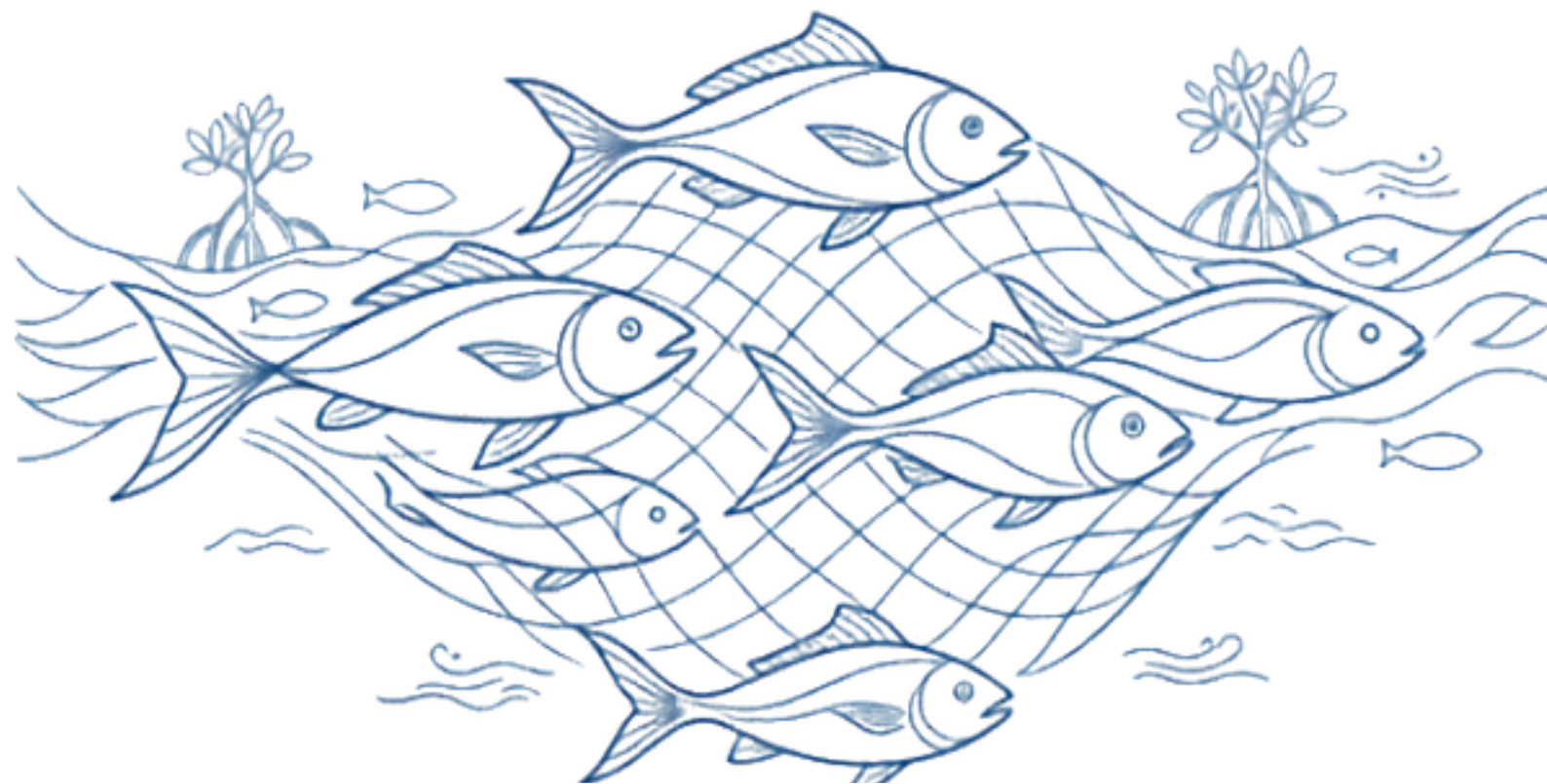




A JUVENTUDE DAS ÁGUAS DA BAHIA

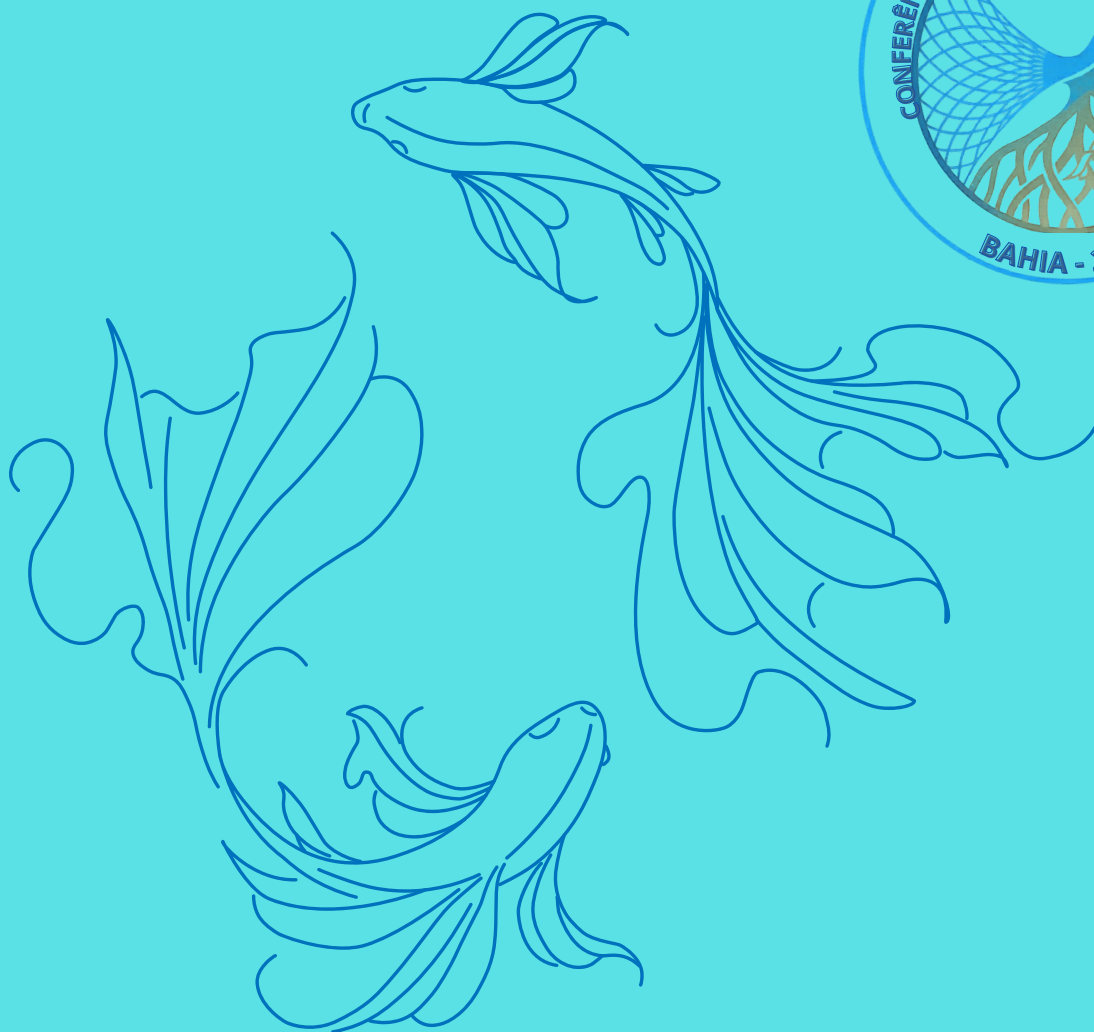
SUCESSÃO PESQUEIRA E O FUTURO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS



Etapa preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura (4º CNAP)

DOCUMENTO ORIENTADOR

2026



Realização

Articulação da Juventude das águas

Comissão Organizadora

Articulação da Juventude das águas (AJA)
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Santo Amaro (CMDMS)
Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP)
Articulação Subaé
Associação de Pescadores e Marisqueiras do Quilombo da Cambuta: Frutos do Mar
Comunidade Remanescente de Acupe

Apoio

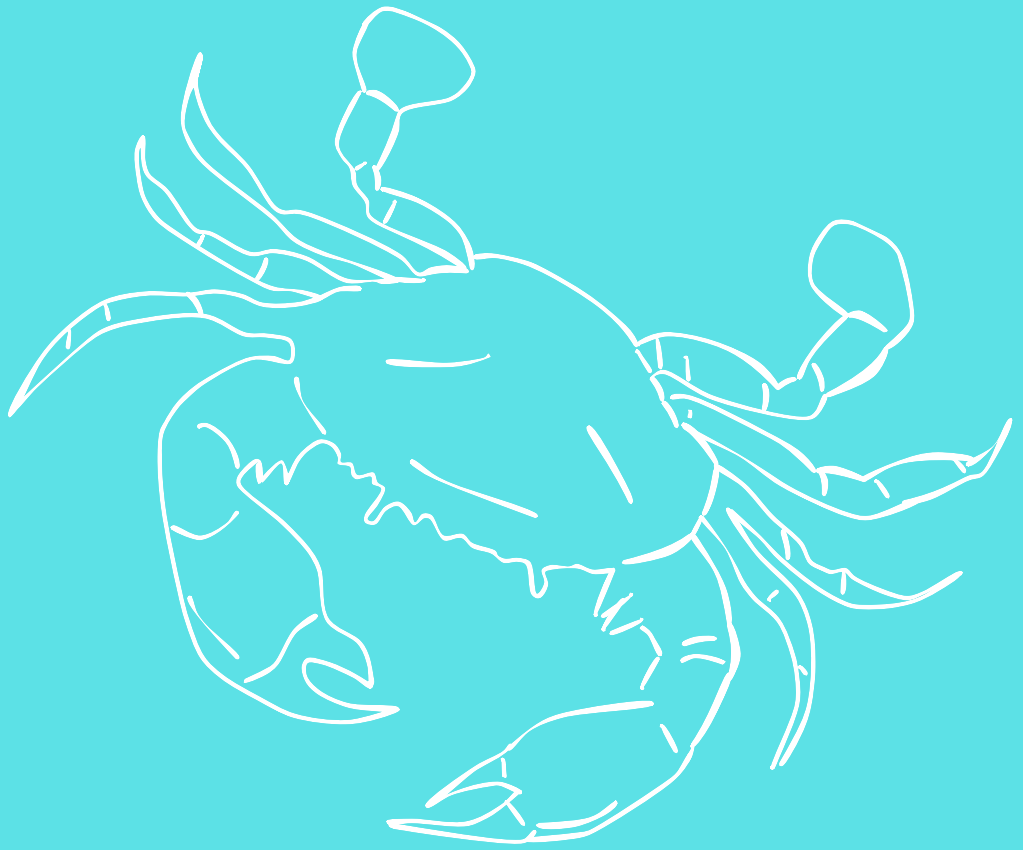
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
Prefeitura Municipal de Santo Amaro
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SAPMRH)
Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras BA/SE (CPP)
Ponto de Cultura Afoxé Filhos de Angola

SU MÁ RIO





1.	APRESENTAÇÃO.....	7
2.	SUCESSÃO PESQUEIRA E O FUTURO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: A JUVENTUDE DAS ÁGUAS DA BAHIA.....	9
3.	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
3.1	A PESCA ARTESANAL NA ENCRUZILHADA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	12
3.2	MARCO HISTÓRICO NO RECÔNCAVO: A CONFERÊNCIA TEMÁTICA DA JUVENTUDE DAS ÁGUAS DA BAHIA.....	13
4.	GT 1: SUCESSÃO PESQUEIRA E EDUCAÇÃO TERRITORIAL.....	14
5.	GT2: ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL, JUSTIÇA CLIMÁTICA E DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO.....	16
6.	GT3: PROTAGONISMO, AUTONOMIA DAS MULHERES JOVENS E ECONOMIA SOLIDÁRIA DAS ÁGUAS.....	19
7.	METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO.....	22
8.	ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO.....	24
9.	A SÍNTESE DA NOSSA LUTA E O COMPROMISSO COM O FUTURO DAS ÁGUAS.....	26
10.	REFERÊNCIAS.....	27





APRE SEN TÃ ÇÃO

5



A ARTICULAÇÃO DA JUVENTUDE DAS ÁGUAS

AJA

Nascida da urgência de proteger o nosso modo de vida e garantir a sobrevivência das nossas comunidades, a Articulação da Juventude das Águas (AJA) é um movimento social de base, plural e de abrangência nacional. Somos uma rede viva formada por jovens pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, quilombolas e ribeirinhos que decidiram não apenas herdar a sabedoria das águas, mas também assumir a linha de frente na defesa política e ambiental dos nossos territórios.

Nós somos as filhas e os filhos do manguezal, do rio e do mar. Conectamos lideranças de diversos estados do Brasil, com forte enraizamento na Bahia, Sergipe e Maranhão, para provar que a juventude tradicional não é apenas o "futuro", mas o presente ativo na formulação de políticas públicas, na preservação ambiental e na gestão cultural das nossas raízes.

AS NOSSAS BANDEIRAS DE LUTA

A atuação da AJA se constrói no encontro entre o conhecimento empírico dos nossos mestres e mestras mais velhos e as novas tecnologias de mobilização e gestão da nossa juventude. Nossas principais frentes de atuação são:

1. A Defesa do Corpo-Território e o Combate ao Racismo Ambiental

Para nós, a natureza não é um recurso a ser explorado; ela é uma extensão do nosso próprio corpo. Enfrentamos diariamente o racismo ambiental, que tenta empurrar a poluição, o desmatamento e os grandes projetos predatórios para cima das nossas comunidades. A AJA atua denunciando a degradação e enfrentando invasões e disputas territoriais, como as tentativas ilegítimas de apropriação dos nossos sítios históricos por empresas privadas, exigindo que a Justiça Climática seja uma realidade para os povos que mais preservam a biodiversidade do planeta.

2. Sucessão Pesqueira e Educação Territorial

Nós lutamos pelo direito de permanecer nos nossos territórios com dignidade. A sucessão pesqueira não é apenas passar a rede para a próxima geração; é garantir que a juventude tenha renda, tecnologia, respeito e acesso a direitos para continuar vivendo da pesca artesanal. Por isso, defendemos a Educação Territorial: a ideia de que o mangue e o rio são nos-

sas maiores salas de aula, e que iniciativas de valorização cultural e repasse de ofício devem ser financiadas como políticas de Estado.

3. Protagonismo das Mulheres e Economia Solidária

Reconhecemos que as mulheres pescadoras, marisqueiras e trabalhadoras do beneficiamento, são a espinha dorsal da pesca artesanal. A AJA atua para romper a invisibilidade desse trabalho, lutando por direitos previdenciários justos, saúde ocupacional e autonomia financeira. Incentivamos a economia solidária e a organização de cooperativas para eliminar a exploração dos atravessadores, garantindo que o valor gerado pelo nosso suor fique dentro das nossas comunidades.

Como Atuamos: Do Pé na Lama às Redes Digitais

A nossa força está na capacidade de transitar por todos os espaços. Temos o pé fincado na lama e na maré, mantendo vivas as tradições e manifestações culturais dos nossos ancestrais, mas também ocupamos as cadeiras dos Conselhos, as universidades públicas e as Conferências Nacionais para redigir leis e resoluções.

Além do corpo a corpo nas comunidades, a AJA utiliza ferramentas digitais para unificar nossas lutas. Através do portal juventudedasaguas.com e das nossas redes sociais, furamos os bloqueios de informação e levamos a voz das comunidades tradicionais para o mundo, promovendo campanhas, compartilhando editais, capacitações e mobilizando a juventude em tempo real.

O NOSSO CONVITE

A Articulação da Juventude das Águas não é feita apenas para quem tem o título de pescador no papel, mas para todos aqueles que entendem que a soberania alimentar, a cultura popular e o meio ambiente do nosso país dependem da sobrevivência das comunidades tradicionais.

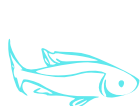
Se você acredita que é possível unir a sabedoria ancestral com a inovação social para proteger o nosso planeta e o nosso povo, o seu lugar é com a gente.

As águas nos conectam, a resistência nos fortalece!

**SUCESSÃO
PESQUEIRA E O
FUTURO DOS
TERRITÓRIOS
TRADICIONAIS:
A JUVENTUDE
DAS ÁGUAS DA
BAHIA**



Soberania e Território: O Compromisso que nos Une



O lema da nossa Conferência Temática nasce em profundo diálogo com as diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura para a 4ª edição da conferência nacional. Em Brasília, o eixo central afirma a transição da pesca e aquicultura de uma política de governo para uma política de Estado, garantindo a sustentabilidade, a participação social e a continuidade institucional. Inspirados por essa premissa, mas fincados na realidade do nosso território baiano, o nosso lema oficial estabelece a “Sucessão Pesqueira e a Defesa do Corpo-Território: De Resistência Histórica a Política de Estado - saberes tradicionais, justiça climática e economia solidária das águas”. Essa frase traduz o sentimento de que a juventude pesqueira, quilombola e ribeirinha não quer mais ser vista apenas como um símbolo de resistência ao abandono, mas exige que a sua permanência na maré seja reconhecida e financiada como uma política pública permanente e inquebrável, respeitando o conhecimento empírico das nossas comunidades e garantindo a sobrevivência física e cultural do povo das águas perante os desafios ambientais e econômicos da atualidade.

Com esse lema em mente, o objetivo geral do nosso encontro, ou seja, o que nós queremos alcançar de forma ampla, é mobilizar e empoderar a juventude tradicional e toda a base pesqueira da Bahia para formular propostas estruturantes e deliberativas que garantam o futuro da pesca artesanal no Brasil. Nós queremos que a voz do Recôncavo Baiano chegue à Etapa Nacional como um grito organizado em defesa da soberania alimentar e do direito de existir no território de origem com dignidade. A conferência busca ser o espaço oficial onde a vivência de quem está com o pé na lama se transforma em documento de Estado, assegurando que o Ministério da Pesca ouça as demandas reais sobre os impactos do racismo ambiental e a invisibilidade do trabalho da mulher nas águas, transformando nossa dor e nossa força em leis e investimentos concretos que garantam a sucessão pesqueira.

Para que esse objetivo maior se torne realidade, nós temos um conjunto de objetivos específicos muito claros que definem exatamente o que faremos durante a conferência e nos seus desdobramentos práticos. Nós faremos o diagnóstico real dos conflitos socioambientais e territoriais enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras das águas nos últimos anos, colocando no papel as ameaças trazidas pelas mudanças climáticas e combatendo as tentativas de apropriação dos nossos sítios históricos regionais por empresas privadas que não detêm a propriedade legítima dessas áreas. Além disso, nós vamos elaborar e eleger propostas que exijam do poder público o fomento prático à economia solidária, propondo a estruturação de cooperativas e cozinhas de beneficiamento que quebrem as correntes da exploração dos atravessadores e tragam autonomia financeira, especialmente para as jovens mulheres marisqueiras. E, de forma muito concreta e democrática, nós aprovaremos as dez resoluções mais importantes da nossa base e elegeremos a delegação oficial, garantindo que a representação escolhida em Cambuta viaje a Brasília carregando não apenas uma pauta, mas o compromisso inegociável com a vida, o trabalho e a história de toda a nossa comunidade pesqueira baiana.



CON TEX TUA LIZA ÇÃO

5



3.1

A PESCA ARTESANAL NA ENCRUZILHADA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A realização da Conferência Temática "**Sucessão Pesqueira e o Futuro dos Territórios Tradicionais: A Juventude das Águas da Bahia**" ocorre em um momento histórico de reconstrução das políticas públicas no Brasil. Após anos de desarticulação institucional, a convocação da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (4ª CNAP) pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) representa a retomada do diálogo democrático e a possibilidade real de transformar demandas históricas em políticas de Estado duradouras. No cenário da Bahia, e especificamente no Recôncavo Baiano, a pesca artesanal e a mariscagem não são meros setores econômicos; elas são o coração da reprodução social, cultural e econômica de milhares de famílias. Entretanto, este modo de vida ancestral enfrenta hoje uma tríplice crise: a ameaça da invisibilidade produtiva, a pressão predatória sobre os territórios e a incerteza gerada pelas mudanças climáticas.

O Território como Espaço de Luta e Memória

A escolha do Quilombo da Cambuta, em Santo Amaro, para sediar este encontro, carrega um simbolismo político profundo. O município, banhado pelas águas do Rio Subaé e pela Baía de Todos-os-Santos, é um dos maiores polos de produção pesqueira artesanal do estado, mas também é palco de conflitos territoriais históricos.

Atualmente, os pescadores e marisqueiras enfrentam o avanço de tentativas de apropriação de sítios históricos e áreas de uso comum por entes privados que, muitas vezes, alegam uma titularidade de terras que não possui validade jurídica. Esses conflitos são exemplos vivos de Racismo Ambiental, onde o lucro de poucos tenta se sobrepor ao direito ancestral de comunidades negras e tradicionais de existir e trabalhar em suas terras.

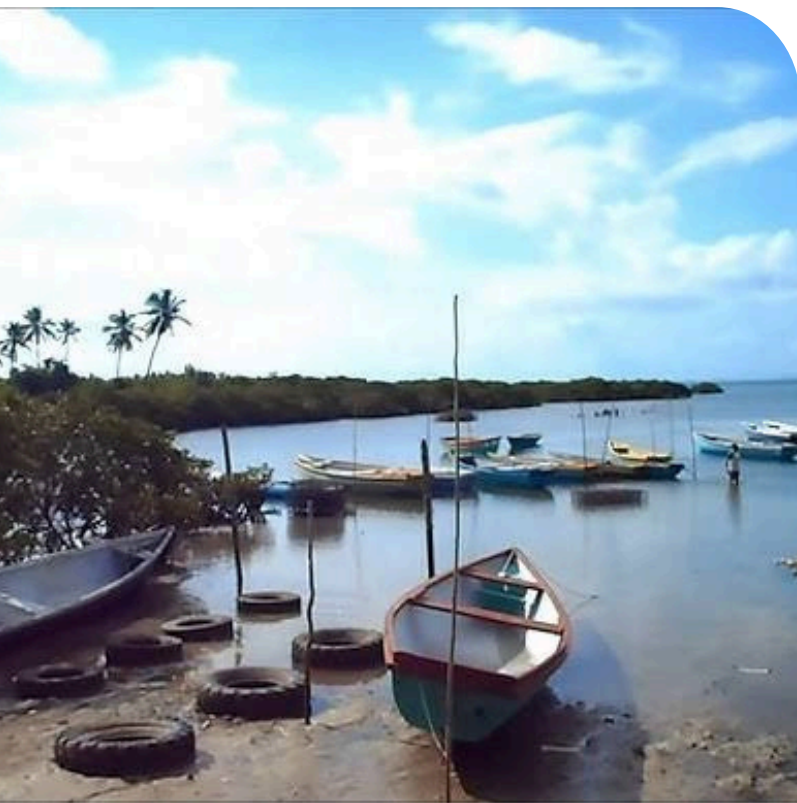
A Juventude e a Urgência da Sucessão

O esvaziamento dos territórios é outra realidade latente. A falta de infraestrutura, o baixo valor agregado ao pescado e a ausência de uma educação que dialogue com as águas tem forçado a juventude a abandonar suas redes e canoas. A sucessão pesqueira, portanto, torna-se o tema central de sobrevivência. Não se trata apenas de substituir gerações, mas de garantir que os jovens tenham autonomia e condições de permanência. Isso passa pela Educação Territorial, que valoriza o saber dos mestres e mestras e integra novas tecnologias de gestão e beneficiamento, e pela Economia Solidária, que propõe o rompimento com a lógica exploratória dos atravessadores.

Protagonismo Feminino e Justiça Climática

É impossível contextualizar a pesca na Bahia sem reconhecer que as mulheres, especialmente as jovens marisqueiras, são a linha de frente da produção e da resistência. Contudo, elas seguem sendo o elo mais invisibilizado da cadeia, enfrentando precariedade no acesso a direitos previdenciários e à saúde ocupacional. Somado a isso, a crise climática global impõe novos desafios: a subida do nível do mar, o aquecimento das águas e a mudança nos ciclos biológicos do pescado afetam primeiro quem tem o pé na lama. A luta por Justiça Climática é, portanto, uma luta pela soberania das águas e pela proteção do "Corpo-Território".

Diante deste cenário, a Conferência Temática da Juventude das Águas da Bahia se apresenta não apenas como uma etapa burocrática da 4ª CNAP, mas como um ato de afirmação política. É o espaço onde a base, o pescador, a marisqueira, o jovem quilombola, sistematiza a sua dor e a sua sabedoria para formular diretrizes técnicas. O objetivo é garantir que o Estado brasileiro entenda que a soberania alimentar e a preservação ambiental do país dependem, obrigatoriamente, da proteção dos territórios tradicionais e do fortalecimento da economia das águas.





3.2

MARCO HISTÓRICO NO RECÔNCAVO: A CONFERÊNCIA TEMÁTICA DA JUVENTUDE DAS ÁGUAS DA BAHIA

A pesca artesanal não é apenas uma atividade econômica; é um modo de vida, uma herança ancestral e a principal garantia de segurança alimentar para milhares de famílias ao longo da costa e dos rios brasileiros. Diante das crescentes ameaças aos ecossistemas aquáticos e da necessidade urgente de políticas públicas estruturantes, a Articulação da Juventude das Águas (AJA) convoca a Conferência Livre e Temática “Sucessão Pesqueira e o Futuro dos Territórios Tradicionais: A Juventude das Águas da Bahia”.

Oficialmente homologado como etapa preparatória da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (4ª CNAP) do Ministério da Pesca e Aquicultura, o evento ocorrerá no dia 30 de junho de 2026, no histórico território do Quilombo da Cambuta, em Santo Amaro, Bahia.

Embora impulsionado pela força e organização da juventude, este é um fórum de caráter amplamente intergeracional. O objetivo central é promover o encontro vital entre a sabedoria dos mestres e mestras mais velhos e a capacidade de inovação e gestão socioterritorial das novas gerações, formulando diretrizes que protejam a atividade pesqueira em sua totalidade.

OS TRÊS PILARES DA RESISTÊNCIA E INOVAÇÃO NAS ÁGUAS

Para garantir que as especificidades do território baiano cheguem a Brasília com peso técnico e legitimidade popular, os debates serão divididos em Grupos de Trabalho (GTs), ancorados em três eixos centrais:

1. Sucessão Pesqueira e Educação Territorial (Eixos 1, 3 e 4)

A continuidade da pesca artesanal exige mais do que a transmissão de ofício; exige condições dignas de permanência. A evasão forçada de jovens para os centros urbanos é um sintoma da precarização.

2. Enfrentamento ao Racismo Ambiental, Justiça Climática e Defesa do Corpo-Território (Eixos 5 e 8)

As águas e os manguezais são extensões do corpo de quem neles trabalha e vive. O conceito de Corpo-Território nos ensina que a degradação ambiental é uma agressão direta à saúde e à identidade das comunidades tradicionais.

3. Protagonismo, Autonomia das Mulheres Jovens e Economia Solidária das Águas (Eixos 6 e 7)

As mulheres são a espinha dorsal da cadeia produtiva da pesca, atuando na captura, no beneficiamento e na comercialização. Contudo, seu trabalho é frequentemente invisibilizado, dificultando o acesso a direitos previdenciários, de saúde ocupacional e de registro profissional (RGP).

A FORÇA DA DELIBERAÇÃO POPULAR

A Conferência Temática da Juventude das Águas da Bahia não é um evento passivo de escuta, mas um espaço ativo de deliberação. A metodologia prevê que as discussões culminem em uma plenária final para a priorização de até 10 propostas oficiais e a eleição democrática da delegação que representará o território na Etapa Nacional da 4ª CNAP em Brasília.

Realizar este encontro no Quilombo da Cambuta é um ato de afirmação. É a prova de que a formulação das políticas de Estado para a pesca e a aquicultura deve nascer na base, com o pé na lama e o olhar no futuro. A soberania alimentar do Brasil passa pelas águas da Bahia, e o futuro dessas águas será decidido por quem tem o compromisso ancestral de protegê-las.



**GT 1:
SUCESSÃO
PESQUEIRA
E
EDUCAÇÃO
TERRITORIAL**



GT 1: SUCESSÃO PESQUEIRA E EDUCAÇÃO TERRITORIAL

Eixos 1, 3 e 4

A garantia da permanência, a valorização dos saberes e a continuidade do modo de vida nas águas.

1. A Sucessão Pesqueira como Defesa do Território

A sucessão pesqueira não deve ser compreendida apenas como a substituição de uma geração de trabalhadores por outra, mas sim como a garantia de continuidade de um modo de vida, de uma identidade cultural e da própria defesa socioterritorial. Nos últimos anos, os territórios pesqueiros, quilombolas e ribeirinhos têm enfrentado um processo doloroso de esvaziamento. A falta de políticas públicas estruturantes, a desvalorização econômica do pescado artesanal e a ausência de infraestrutura básica forçam os mais jovens a migrar para os centros urbanos, interrompendo um ciclo secular de transmissão de saberes.

Garantir a sucessão pesqueira é, antes de tudo, uma questão de justiça intergeracional e segurança alimentar. Para que as filhas e filhos das águas permaneçam em seus territórios de origem com dignidade, é imperativo que o Estado deixe de tratar a pesca artesanal apenas como uma política de assistência temporária e passe a encará-la como uma política de desenvolvimento sustentável e gestão territorial permanente.

2. Educação Territorial: O Encontro entre o Saber Tradicional e a Gestão Pública

A falsa dicotomia entre "estudar" e "pescar" precisa ser superada. A Educação Territorial propõe que o espaço escolar, acadêmico e institucional reconheça o manguezal, o rio e o mar como as maiores salas de aula das comunidades tradicionais. Isso exige uma revolução nas políticas de ensino e extensão: o conhecimento científico das universidades e institutos federais deve dialogar horizontalmente com a ciência empírica dos mestres e mestradas da pesca artesanal.

Quando a gestão de políticas públicas dialoga com as raízes culturais de um território, cria-se um ambiente propício para a autonomia. É necessário que o conhecimento sobre cooperativismo, gestão cultural, acesso a editais e tecnologias de beneficiamento do pescado chegue à base. Ao mesmo tempo, os conselhos municipais, como os de desenvolvimento sustentável e de meio ambiente, devem ser ocupados por essas comunidades para garantir que o currículo escolar local e os investimentos públicos reflitam a realidade das marés. A juventude pesqueira, armada tanto com a rede quanto com o diploma acadêmico, torna-se a principal guardiã jurídica e ambiental de seu próprio corpo-território.

3. Eixos de Proposições para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Para o debate deste tema na 4ª CNAP, as discussões devem ser direcionadas para a formulação de propostas que obriguem o Estado a:

Fomentar a Permanência: Criar programas de bolsas de iniciação ao trabalho pesqueiro e extensão tecnológica para a juventude tradicional, garantindo renda enquanto aprendem o ofício com os mais velhos.

Institucionalizar os Saberes: Financiar a criação, reforma e manutenção de espaços físicos comunitários (como as Casas de Saberes) voltados para a capacitação técnica, cultural e política dentro dos quilombos e comunidades pesqueiras.

Integrar Saberes: Estabelecer convênios obrigatórios entre o MPA, Ministérios da Educação, da Cultura e Universidades Públicas para a criação de programas de residência técnica, onde estudantes universitários oriundos de comunidades pesqueiras possam desenvolver seus projetos de conclusão e pesquisas aplicadas diretamente na resolução de problemas reais de suas comunidades.

QUESTÕES NORTEADORAS PARA O GRUPO DE TRABALHO (GT 1)

- **O que tem feito a juventude deixar a pesca e sair da nossa comunidade hoje? O que o Governo Federal precisa fazer para que seja possível viver bem e com orgulho da pesca artesanal?**
- **Como podemos usar os espaços que já temos (escolas locais, associações, conselhos) para ensinar as tradições da maré junto com os novos conhecimentos de tecnologia e gestão?**

Se o Governo Federal fosse financiar a nossa "Casa de Saberes das Marés", quais seriam as atividades prioritárias que deveriam acontecer lá dentro para unir as gerações?



**GT 2:
ENFRENTAMENTO
AO RACISMO
AMBIENTAL,
JUSTIÇA
CLIMÁTICA E
DEFESA DO
CORPO-
-TERRITÓRIO**



GT 2: ENFRENTAMENTO AO RACISMO AMBIENTAL, JUSTIÇA CLIMÁTICA E DEFESA DO CORPO-TERRITÓRIO

Eixos 5 e 8

A proteção da biodiversidade como garantia da dignidade humana e da soberania das águas.

1. Racismo Ambiental: O Nome do Conflito nos Territórios Tradicionais

O debate sobre o desenvolvimento pesqueiro e aquícola não pode ignorar que as pressões ambientais não atingem a todos da mesma forma. O racismo ambiental manifesta-se quando comunidades de pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas e ribeirinhos, populações majoritariamente negras e tradicionais, são obrigadas a conviver com a degradação de seus ecossistemas em prol de modelos de “progresso” que não as incluem. Na Bahia, isso é visível na contaminação de rios, no desmatamento de manguezais para grandes empreendimentos e na negação de serviços públicos básicos em áreas de pesca. Enfrentar o racismo ambiental exige que o Estado brasileiro reconheça a intersecção entre raça, classe e território. Não há gestão sustentável dos recursos pesqueiros sem o reconhecimento de que a integridade física do manguezal e do rio está diretamente ligada à integridade física das pessoas que neles habitam. A política de pesca deve ser, portanto, uma política de reparação histórica e de proteção contra a expulsão silenciosa promovida pela poluição e pela ocupação predatória dos espaços costeiros.

2. Justiça Climática e a Resiliência das Comunidades das Águas

As mudanças climáticas deixaram de ser uma previsão de futuro para se tornarem uma ameaça presente. Alterações nos ciclos das marés, aquecimento das águas, erosão costeira e eventos extremos afetam diretamente a produtividade pesqueira e a segurança alimentar das comunidades. A Justiça Climática defende que aqueles que menos contribuíram para a crise climática global, os povos tradicionais, que historicamente preservam os biomas, são os que mais sofrem seus impactos.

Para a juventude e as lideranças das águas, a justiça climática significa exigir que as políticas de adaptação e mitigação não sejam apenas pacotes técnicos vindos de fora, mas estratégias construídas com a participação social efetiva. É necessário fortalecer a resiliência socioeconômica através do acesso à informação, crédito emergencial, seguros adequados à pesca artesanal e tecnologias de baixo carbono que respeitem os saberes ancestrais.

3. Defesa do Corpo-Território: A Luta pela Vida nas Águas

A defesa do território para um povo tradicional vai além da demarcação de terra ou água; trata-se da defesa do “Corpo-Território”. Este conceito técnico-político ensina que o território é uma extensão do corpo de quem pesca e marisca. Se a água adoce, o pescador adoce. Se o manguezal é destruído, a identidade da marisqueira é ferida. Desta forma, a gestão, o ordenamento e a mediação de conflitos devem considerar o território como um espaço de reprodução física, social e cultural, incluindo locais de valor simbólico e histórico. A juventude assume aqui o papel de “Sentinela das Águas”, utilizando tanto o monitoramento tradicional quanto ferramentas de ciência e tecnologia para salvaguardar esses espaços contra pressões externas. A consulta livre, prévia e informada é o instrumento jurídico inegociável para garantir que nenhum empreendimento avance sobre o corpo-território sem o consentimento das comunidades.





4. Eixos de Proposições para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

As discussões do GT 2 devem convergir para propostas que obriguem o poder público a:

Garantir a Consulta e Proteção: Institucionalizar mecanismos de proteção territorial que assegurem a consulta prévia em qualquer projeto com impacto ambiental em áreas de pesca artesanal.

Implementar a Agenda Climática na Pesca: Criar um Plano Nacional de Adaptação

Climática específico para a Pesca Artesanal, com fundos para obras de contenção de erosão e recuperação de manguezais degradados.

Monitorar e Reparar: Estabelecer sistemas de monitoramento da qualidade das águas e do pescado em áreas de conflito ambiental, com protocolos claros de reparação

econômica e ambiental para as comunidades atingidas por crimes ambientais ou poluição industrial.

QUESTÕES NORTEADORAS PARA O GRUPO DE TRABALHO (GT 2)

- Quais são os principais “inimigos” da saúde das nossas águas e do nosso povo hoje
- (poluição, grandes obras, falta de saneamento)? Como o Governo Federal pode nos ajudar a barrar essas ameaças?
- Como a mudança no clima (calor, chuvas, marés diferentes) já mudou a forma como pescamos e mariscamos? O que falta para a nossa comunidade estar mais preparada para enfrentar essas mudanças?
- Se o manguezal é parte do nosso corpo e da nossa história, o que precisamos fazer para que o governo respeite os nossos direitos e nos ouça antes de aprovar qualquer obra que atinja o nosso território?



**GT 3:
PROTAGONISMO,
AUTONOMIA
DAS MULHERES
JOVENS E
ECONOMIA
SOLIDÁRIA DAS
ÁGUAS**



GT 3: PROTAGONISMO, AUTONOMIA DAS MULHERES JOVENS E ECONOMIA SOLIDÁRIA DAS ÁGUAS

Eixos 6 e 7



O reconhecimento do trabalho feminino e a construção de redes justas de produção e comercialização na pesca artesanal.

1. A Invisibilidade do Trabalho Feminino nas Águas

Historicamente, as mulheres são a espinha dorsal da pesca artesanal e da segurança alimentar nas comunidades costeiras, quilombolas e ribeirinhas. No entanto, o trabalho da marisqueira, da pescadora e da mulher que realiza o beneficiamento (limpeza, descamação, evisceração e catação) é frequentemente tratado pelo Estado e pela sociedade como mera "ajuda" familiar, e não como uma categoria profissional fundamental. Essa invisibilidade gera impactos cruéis: dificulta o acesso ao Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), atrasa a garantia de direitos previdenciários e ignora as graves doenças ocupacionais adquiridas pelas longas horas na lama do manguê ou no manuseio do pescado.

Reconhecer o protagonismo feminino significa, em primeiro lugar, que o Ministério da Pesca

e Aquicultura (MPA) e o INSS devem formular políticas que enxerguem a cadeia produtiva da pesca em sua totalidade, garantindo que o trabalho de pré e pós-captura seja devidamente documentado, valorizado e protegido por leis trabalhistas e de saúde ocupacional.

2. A Força da Juventude Feminina e a Luta por Autonomia

A autonomia das mulheres das águas perpassa obrigatoriamente pela independência financeira e pela ocupação dos espaços de poder. As jovens mulheres de hoje carregam o desafio de transitar entre dois mundos: o respeito profundo aos saberes das matriarcas e a necessidade de dominar as novas tecnologias e as legislações vigentes.

São essas jovens que estão liderando os processos de regularização de associações, escrevendo projetos para editais e exigindo voz ativa dentro das Colônias de Pescadores e dos Conselhos. Para que essa autonomia seja plena, as políticas públicas precisam oferecer creches comunitárias adaptadas aos horários das marés, garantindo que as mães jovens possam trabalhar, estudar e participar das decisões políticas do território sem a sobrecarga isolada do cuidado familiar.

3. Economia Solidária: Rompendo as Correntes do Atravessador

O modelo econômico atual da pesca artesanal é marcado pela exploração. Quem enfrenta os riscos da maré é quem menos lucra, enquanto a maior parte do valor do pescado fica nas mãos do intermediário (o atravessador). A Economia Solidária surge como a principal estratégia de libertação econômica para as comunidades tradicionais, baseada no cooperativismo, na autogestão e no comércio justo.

Para as mulheres das águas, a economia solidária se materializa na criação de grupos produtivos e cooperativas de beneficiamento. Quando as marisqueiras e pescadoras se unem para limpar, embalar a vácuo, rotular e comercializar seus próprios produtos, elas agregam valor ao pescado e multiplicam a sua renda. Para isso, o poder público deve atuar como um facilitador, financiando a construção de cozinhas comunitárias industriais nos territórios, simplificando as exigências da vigilância sanitária (sem perder a segurança alimentar) e garantindo a compra direta desse pescado por meio de mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

4. Eixos de Proposições para o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

As discussões do GT 3 devem formular propostas que obriguem o Estado a:

Saúde e Previdência: Reconhecimento oficial das doenças ocupacionais das marisqueiras e trabalhadoras do beneficiamento, garantindo acesso facilitado ao auxílio-doença e à aposentadoria especial.

Fomento à Economia Solidária: Criação de linhas de crédito específicas e a fundo perdido para cooperativas e associações geridas por mulheres, destinadas à compra de equipamentos de beneficiamento (freezers, seladoras, EPIS).

Infraestrutura e Mercados Institucionais:



Infraestrutura e Mercados Institucionais: Financiamento para a construção de Unidades de Beneficiamento de Pescado (Cozinhas Comunitárias) dentro dos quilombos e comunidades pesqueiras, além da criação de cotas obrigatórias de compra do pescado artesanal feminino para a merenda escolar local.

- **QUESTÕES NORTEADORAS PARA O GRUPO DE TRABALHO (GT 3)**
- **Por que o trabalho de quem marisca e limpa o peixe ainda é tão desvalorizado? O que precisamos exigir do INSS e do Ministério da Pesca para garantir a saúde e a aposentadoria das mulheres das águas?**
- **Hoje, quem fica com a maior parte do dinheiro do peixe e do marisco que nós pegamos? Como podemos nos organizar em grupo (associações/cooperativas) para vender nosso produto direto para o comprador ou para a merenda das escolas?**
- **O que falta na nossa comunidade para que as mulheres possam trabalhar juntas, beneficiar o marisco com qualidade e ganhar o seu próprio dinheiro com independência (ex: equipamentos, uma cozinha comunitária, acesso à internet para vendas)?**

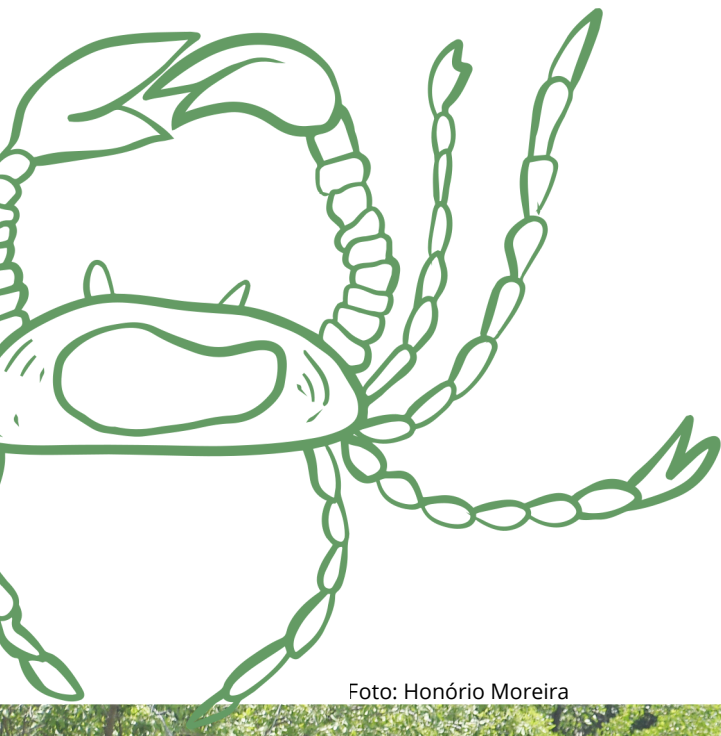


Foto: Honório Moreira



METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS 10 PROPOSTAS



METODOLOGIA DE PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS 10

PROPOSTAS

Garantindo a equidade, o respeito aos saberes e a representatividade de todos os eixos na 4ª CNAP.

A Conferência Temática da Juventude das Águas da Bahia fundamenta-se no princípio da horizontalidade e da equidade participativa. Nosso objetivo central é formular e aprovar exatamente 10 (dez) propostas oficiais, conforme exigido pelo Guia Metodológico do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), para compor o Relatório Final que será enviado à Etapa Nacional.

Para garantir que nenhum tema se sobressaia em detrimento de outro e que todas as lutas da pesca artesanal sejam representadas com o mesmo peso e importância, a comissão organizadora estabeleceu uma metodologia de deliberação dividida em duas instâncias: a Votação Interna dos Grupos de Trabalho (GTs) e a Plenária Final.

O processo seguirá, rigorosamente, o seguinte fluxo:

1. A Dinâmica dos Grupos de Trabalho (GTs)

Após a plenária de abertura, os participantes serão divididos em 3 (três) Grupos de Trabalho, cada um responsável por debater um dos nossos Temas Centrais.

O papel de cada GT, com o auxílio do seu relator(a), é debater intensamente a sua pauta e formular exatamente 4 (quatro) propostas sólidas e viáveis.

2. Votação Interna: A Garantia da Equidade (As 9 Propostas Titulares)

Para assegurar que o Relatório Final seja equilibrado e contemple todos os eixos, a maior parte das propostas será decidida diretamente na base, ou seja, dentro dos próprios grupos.

Após a formulação das 4 propostas, o GT realizará uma votação interna.

As 3 (três) propostas mais votadas estarão automaticamente ELEITAS e carimbadas para ir a Brasília.

A 4ª proposta (aquela que teve a menor votação entre as quatro) não será descartada. Ela se tornará a "Proposta Suplementar" do grupo e será levada para a disputa na Plenária Final.

Com 3 GTs elegendo 3 propostas cada, chegamos à Plenária Final com 9 propostas já garantidas (3 do GT 1; 3 do GT 2; 3 do GT 3). Isso impede que a plenária maior derrube as ideias de um grupo menor e garante o respeito absoluto ao trabalho feito em cada roda de conversa.

3. Plenária Final: Qualificação Textual e a Eleição da 10ª Proposta

A Plenária Final é o momento de união de todos os pescadores, pescadoras, marisqueiras e quilombolas para consolidar o nosso documento. Ela funcionará em dois momentos distintos:

Momento A: Leitura e Ajuste das 9 Propostas Eleitas

As 9 propostas que já foram aprovadas nos GTs serão lidas para toda a comunidade. Neste momento, a Plenária Final não poderá mudar a essência das propostas e nem reprová-las. O papel da plenária será apenas o de realizar ajustes, melhorar a escrita, incluir uma palavra mais forte ou corrigir um termo técnico, garantindo que o texto vá para o Governo Federal da forma mais bem redigida possível.

Momento B: A Disputa Democrática pela 10ª Vaga

Como o Ministério exige o envio de 10 propostas, restará 1 (uma) vaga no nosso relatório. É aqui que entram as "Propostas Suplementares" que sobraram de cada GT.

Os relatores apresentarão para a Plenária as 3 propostas que ficaram em quarto lugar nos seus respectivos grupos (**1 do GT 1; 1 do GT 2; 1 do GT 3**).

A Plenária Final fará uma votação aberta (com o crachá levantado) disputando apenas entre essas 3 propostas.

A proposta mais votada pela plenária será eleita como a 10ª proposta oficial da Conferência.

As outras 2 propostas não eleitas constarão na ata de memória do evento como contribuições do território, mas não subirão no sistema do Ministério.

Resumo da Engenharia Deliberativa:

GT 1: Elege 3 propostas + 1 vai para a repescagem.

GT 2: Elege 3 propostas + 1 vai para a repescagem.

GT 3: Elege 3 propostas + 1 vai para a repescagem.

Total de Eleitas nos GTs: 9 propostas.

Plenária Final: Vota e elege a 10ª proposta entre as 3 da repescagem.

Esta metodologia assegura a justiça no debate. Ninguém sai perdendo, nenhum tema é esquecido e a nossa comunidade demonstra para Brasília um nível altíssimo de organização, transparência e maturidade política na formulação das políticas públicas para a pesca artesanal.

**ELEIÇÃO DA
DELEGAÇÃO:
A VOZ DO
NOSSO
TERRITÓRIO
NA ETAPA
NACIONAL**



ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO: A VOZ DO NOSSO TERRITÓRIO NA ETAPA NACIONAL

O processo democrático para a escolha de quem levará as nossas lutas até Brasília.

1. O Peso e a Responsabilidade da Representação

A culminância da nossa Conferência Temática não se encerra apenas na aprovação das 10 propostas. Para que as decisões tomadas em nossa plenária tenham força real e cheguem ao Ministério da Pesca e Aquicultura, precisamos eleger quem será a nossa voz na Etapa Nacional da 4ª CNAP, em Brasília.

A eleição da nossa delegação é um dos momentos mais sérios e sagrados do nosso encontro. Ser delegado ou delegada não é receber um título de honra, mas assumir uma missão de luta. A pessoa eleita carregará a responsabilidade de defender o nosso Corpo-Território, os saberes das nossas marisqueiras, o futuro da juventude pesqueira e a economia solidária das águas diante de representantes de todo o Brasil.

2. As Regras da Eleição (Vagas e Critérios)

Para garantir a representatividade da nossa Conferência, a plenária terá o direito de eleger uma delegação composta estritamente por 2 (duas) pessoas, sendo divididas nas seguintes categorias:

1 (uma) vaga para Delegado(a) Titular: É a pessoa que terá assento, voz e voto garantidos na plenária nacional em Brasília, defendendo ativamente as propostas do nosso relatório.

1 (uma) vaga para Delegado(a) Suplente: É a pessoa que atuará como apoio direto do titular e que assumirá automaticamente a cadeira na Etapa Nacional caso o titular, por motivos de força maior, não possa comparecer ou precise se ausentar.

A eleição ocorrerá em chapa única (votação individual) durante a Plenária Final, logo após a aprovação das nossas propostas, seguindo o critério absoluto de Maioria Simples, com a seguinte regra de definição:

O(A) Titular: Será eleito(a) como Delegado(a) Titular a pessoa candidata que receber o maior número de votos de toda a plenária.

O(A) Suplente: Será eleito(a) como Suplente a pessoa candidata que ficar em segundo lugar, ou seja, que obtiver a segunda maior quantidade de votos.

3. O Passo a Passo da Votação na Plenária Final

Para assegurar a total transparência e a justiça do processo democrático, a eleição seguirá os seguintes passos conduzidos pela comissão organizadora:

Passo 1: Abertura das Candidaturas. A mesa abrirá o espaço para que os(as) participantes que desejam assumir essa responsabilidade coloquem seus nomes à disposição. Os candidatos e candidatas devem ser, obrigatoriamente, trabalhadores(as) das águas e ter participado ativamente dos debates da conferência.

Passo 2: Defesa Rápida (A Fala). Cada candidato(a) terá um tempo breve (de 1 a 2 minutos) para se apresentar à plenária, dizer de qual comunidade ou associação faz parte e firmar o seu compromisso de defender as propostas aprovadas pela base.

Passo 3: A Votação Aberta. A votação será feita de forma nominal e aberta. A mesa chamará o nome de cada candidato(a) e os participantes presentes erguerão o crachá para manifestar o seu voto. Cada participante só poderá votar em 1 (um) único nome.

Passo 4: Contagem e Declaração. A comissão fará a contagem dos votos em voz alta. Ao final, declara-se eleito o Delegado Titular (primeiro colocado) e o Delegado Suplente (segundo colocado).

4. O Compromisso da Delegação Eleita

Aquele e aquela que a nossa comunidade escolher através do voto da maioria simples devem ter a clareza de que, a partir daquele momento, não falam mais apenas por si mesmos ou por suas associações individuais. Eles passam a ser a personificação das decisões coletivas da nossa Conferência Temática. O compromisso inegociável da delegação é lutar com firmeza para que as 10 propostas que nasceram do nosso chão, aprovadas com o suor e a sabedoria do nosso povo, sejam incluídas no documento final da pesca artesanal brasileira.



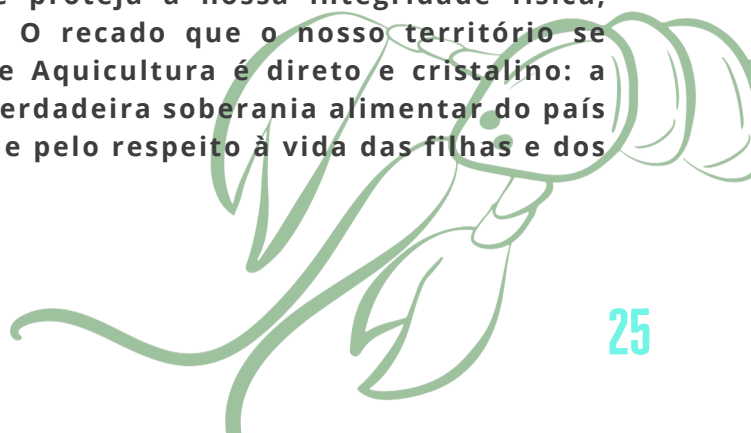
A SÍNTESE DA NOSSA LUTA E O COMPROMISSO COM O FUTURO DAS ÁGUAS

A realização desta Conferência Temática representa um marco decisivo onde a sabedoria empírica das comunidades tradicionais de Santo Amaro e de todo o Recôncavo se une à articulação política da nossa juventude. Este é o espaço construído para transformarmos as nossas demandas históricas em propostas concretas de políticas públicas, assegurando que a voz dos pescadores artesanais, das marisqueiras e dos povos quilombolas ecoe com a força de uma diretriz de Estado na etapa nacional. A integração de todos os debates que realizaremos nos nossos grupos de trabalho demonstrará que a sobrevivência da nossa cultura e da nossa economia é uma pauta única e indivisível, exigindo do poder público um olhar completo e profundo sobre a realidade das águas.

Ao unirmos a defesa intransigente do nosso corpo-território à urgência da educação territorial, estabelecemos que a continuidade do modo de vida pesqueiro depende integralmente de um meio ambiente saudável e soberano. Neste encontro, rejeitaremos frontalmente o avanço do racismo ambiental e as investidas de apropriação ilegítima sobre os nossos sítios históricos, exigindo justiça climática e respeito irrestrito às áreas que tradicionalmente ocupamos. Em contrapartida, cobraremos que o Estado passe a reconhecer o manguezal e o rio como os nossos principais espaços de formação, onde a sucessão pesqueira seja garantida pela dignidade de permanecer na comunidade. O financiamento de locais de troca de saberes assegurará que a nossa juventude domine as novas ferramentas de gestão comunitária sem jamais perder o vínculo e o respeito aos ensinamentos ancestrais das marés.

Toda essa luta pela permanência e defesa do território está intrinsecamente conectada à autonomia econômica e ao reconhecimento absoluto do protagonismo das mulheres das águas. A superação da lógica de exploração promovida pelos atravessadores só será alcançada através do fortalecimento da economia solidária, impulsionada pela formulação de políticas para a criação de cooperativas e cozinhas de beneficiamento do pescado geridas pelas próprias comunidades. Essa libertação financeira, no entanto, precisa caminhar lado a lado com a exigência imediata dos direitos trabalhistas, de saúde e previdenciários das nossas marisqueiras, firmando de uma vez por todas que o trabalho feminino é o alicerce da nossa segurança alimentar e da própria existência das nossas famílias.

Desta forma, as resoluções finais que construiremos hoje e a delegação que elegeremos democraticamente ao final desta plenária carregarão muito mais do que reivindicações pontuais; elas representarão o mandato inegociável de toda a nossa base. Os representantes que escolhermos aqui seguirão para Brasília não para solicitar concessões assistencialistas, mas para exigir a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável que proteja a nossa integridade física, cultural e econômica de forma permanente. O recado que o nosso território se prepara para enviar ao Ministério da Pesca e Aquicultura é direto e cristalino: a preservação da biodiversidade brasileira e a verdadeira soberania alimentar do país começam, obrigatoriamente, pela valorização e pelo respeito à vida das filhas e dos filhos das águas.





REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

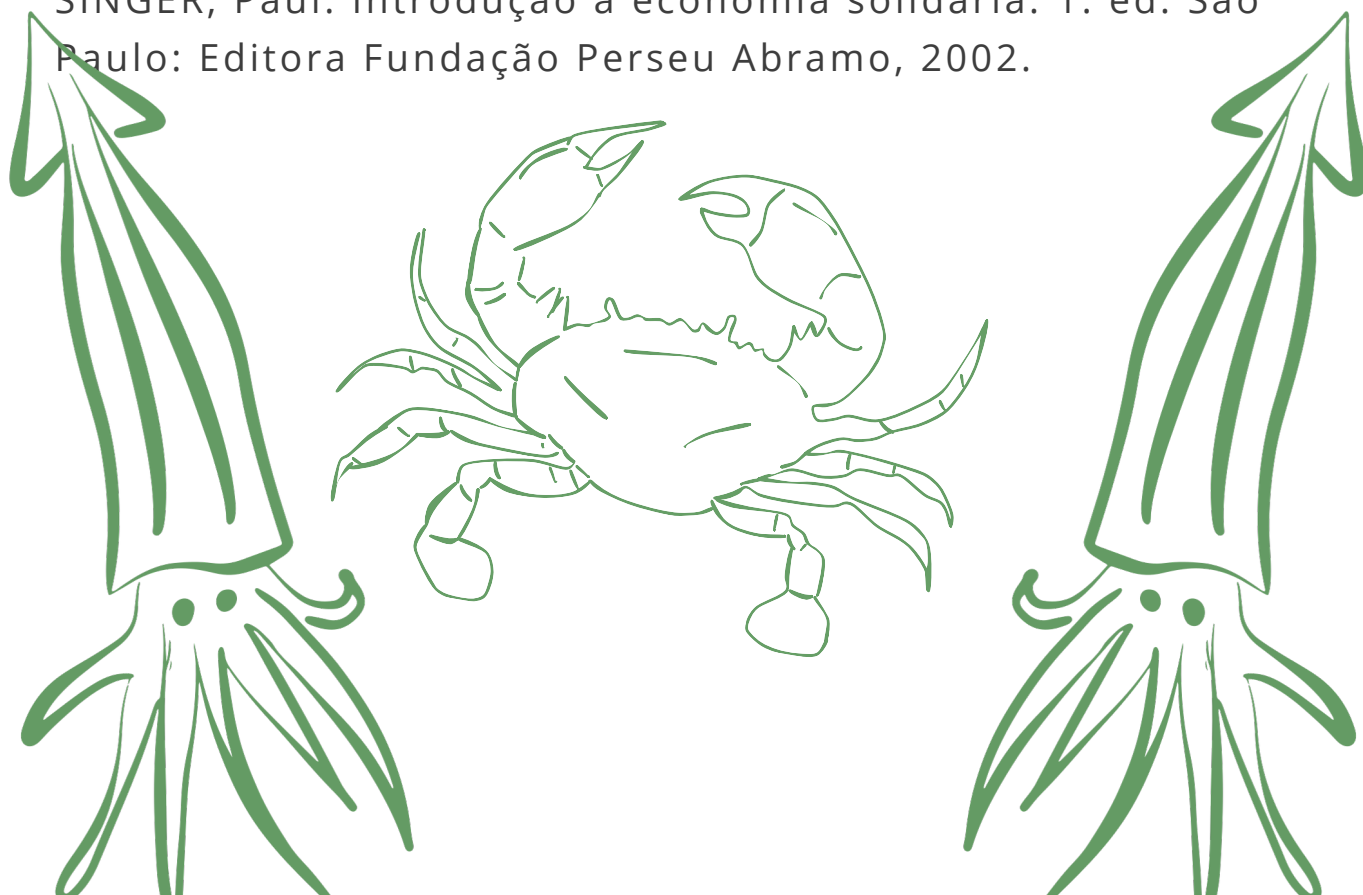
BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Documento Base da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Brasília, DF: MPA, 2024.

DIEGUES, Antônio Carlos. A pesca construindo sociedades. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; GOMEZ, Carlos Minayo (org.). Marisqueiras no manguezal: trabalho, saúde e adoecimento. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.









SECRETARIA DE AGRICULTURA
PESCA, MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO DO

BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO